



Caderno CRH

ISSN: 0103-4979

revcrh@ufba.br

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Feitosa dos Santos, João Bosco; de Oliveira Maciel, Regina Heloisa Mattei; Rocha Matos, Tereza
Gláucia

RECONQUISTA DA IDENTIDADE DE TRABALHADOR POR EX-DETENTOS CATADORES DE LIXO

Caderno CRH, vol. 26, núm. 68, mayo-agosto, 2013, pp. 377-390

Universidade Federal da Bahia

Salvador, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=347632191011>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

RECONQUISTA DA IDENTIDADE DE TRABALHADOR POR EX-DETENTOS CATADORES DE LIXO¹

*João Bosco Feitosa dos Santos**
*Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel***
*Tereza Glaucia Rocha Matos****

O objetivo deste trabalho é refletir e compreender como catadores de lixo ex-detentos de Fortaleza reconstituem a identidade de trabalhador com base no trabalho precarizado e estigmatizado socialmente. Foram realizados pesquisa bibliográfico-documental e estudo de inspiração etnográfica, tendo como ferramentas a observação direta e entrevistas semiestruturadas. Os resultados apontam para condições precárias de trabalho e conflitos com o “deposeiro” (dono do depósito) que explora os catadores em todos os âmbitos. Vistos pela população como vagabundos, perigosos e sujos, a sua condição de trabalho e de vida é permeada por exploração, conflito e preconceito. As narrativas desses *reciclados* pela justiça indicam forte identificação com o refúgio que coletam. Na busca da reinserção social e reconstrução de identidades, alguns admitiram práticas ilícitas ou *recaídas*, demonstrando a fragilidade do sistema, tentando reciclá-los e inclui-los precariamente.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho. Identidade. Precarização. Catadores de lixo. Ex-detentos.

INTRODUÇÃO

As transformações do trabalho ocorridas nas últimas décadas interferem intensamente na quantidade e qualidade do emprego formal que, considerado um “suporte privilegiado de inscrição na estrutura social” (Santos, 2000, p. 49), garante a “filiação” (Castel, 1998), um “lugar social” no sentido a que Gaulejac (1991) se refere como meta principal do homem contemporâneo. A condição de trabalhador formal não só possibilita inserção social como, também, reforça a identidade individual e social por meio do exercício de determinadas atividades e do

convívio com relações sociais que constituem o “modo de ser” dos indivíduos (Sainsaulieu, 1977), qualificando, assim, os pares como iguais, sem desconsiderar as características específicas de cada um. Portanto, a atividade laboral pode conferir valor social, reproduzindo o imaginário coletivo de valorização moral de ser trabalhador.

Na impossibilidade de um emprego formal, há indivíduos que buscam formas alternativas de sobrevivência pelo trabalho informal, que nem sempre permitem viver com dignidade. Um exemplo desse tipo de “trabalho atípico” (Vasapollo, 2005) e informal é a catação daquilo que a sociedade produz em larga escala e rejeita: o lixo, refúgio do consumo na era da descartabilidade. Na verdade, a catação de recicláveis nas ruas das grandes cidades é uma ocupação informal que desafia a dignidade humana. Reféns do desemprego e, por vezes, do discurso ambientalista, esses refúgios humanos recorrem à catação como forma de sobrevivência e inclusão.

O surgimento de indústrias de reciclagem, amparadas na descoberta do lixo como potencial gerador de lucros e favorecidas pelo crescente dis-

* Doutor em Sociologia. Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará – UECE no curso de Ciências Sociais e no Mestrado de Políticas Públicas e Sociedade. Rua Jabaquara, 344 Castelo. Cep: 60.861-200. Fortaleza – Ceará – Brasil. bosco_feitosa@yahoo.com.br

** Doutora em Psicologia Experimental. Professora titular da Universidade de Fortaleza e adjunta da Universidade Estadual do Ceará. reginaheloisamaciel@gmail.com

*** Doutora em Psicologia. Professora na graduação e no programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. terezamatos@unifor.br

¹ Este texto é parte de pesquisa “Saúde, Trabalho e Identidade nos Coletores de Lixo da Cidade de Fortaleza” edital CNPq/FUNCAP, Proc. nº 09100044-0 - Edital nº 002/2009 – Programa de Pesquisa para o SUS: gestão compartilhada em saúde PPSUS.

curso ambientalista, tornou possível o crescimento dessa categoria de trabalhador informal, há poucos anos bastante inexpressiva e, hoje, constituída por trabalhadores rejeitados pela lógica do capital: o catador de lixo nas ruas dos centros urbanos.

Neste texto, procura-se privilegiar um fenômeno identificado em um dos depósitos de lixo estudados no desenvolvimento de duas pesquisas sobre os catadores de lixo das ruas da cidade de Fortaleza: a grande incidência de ex-presidiários entre os catadores. O depósito estudado situa-se no bairro Tancredo Neves, um dos mais pobres de Fortaleza, e o dono do referido depósito é conhecido por abrigar, entre seus catadores, uma grande quantidade de ex-detentos. Este grupo de trabalhadores, em busca de sua reinserção no mercado de trabalho, instigou a elaboração desta reflexão sobre trabalho e identidade. Assim, buscou-se averiguar: (1) se esses trabalhadores, provenientes do sistema prisional, percebem a atividade de catar lixo como uma forma de inclusão no mundo do trabalho; (2) como eles se percebem nesse processo de reinserção; e (3) qual a influência de sua condição de ex-detento na reconstrução da sua identidade de trabalhador. No que se refere às condições de trabalho, procurou-se observar a organização e as condições a que estão submetidos os trabalhadores desse grupo específico. Com isso, buscou-se refletir sobre a repercussão do trabalho com dejetos sociais e sobre a reinserção de ex-presidiários, estigmatizados tanto pela sociedade como por eles mesmos, como refugos humanos da sociedade.

PERCURSO METODOLÓGICO

Esta análise tem como subsídio metodológico procedimentos qualitativos de pesquisa em que foram privilegiadas técnicas de observação e entrevista durante um período de dois anos. Primeiramente, foram realizadas observações e entrevistas com o dono do depósito, aqui chamado de “deposeiro”. Em seguida, com inspiração nos estudos etnográficos, foram observados e acompanhados três catadores que realizavam roteiros diferenciados de

coleta em suas atividades pelas ruas da cidade, bem como na dinâmica de chegada e negociação da venda do material para o depósito. Dois deles foram acompanhados durante o dia em duas oportunidades diferentes, e outro durante a noite.

As observações no depósito procuraram verificar a organização do trabalho, da pesagem e venda dos materiais coletados, do recebimento pelo material, bem como as relações interpessoais estabelecidas entre os catadores e entre eles e o deposeiro. Ressalte-se, ainda, que foram realizados contatos informais com catadores por ocasião das sessões de observação. As observações e comentários foram anotados e sistematizados no diário de campo.

No depósito, foram realizadas, também, entrevistas semiestruturadas com outros catadores, num total de cinco entrevistas. Essas entrevistas foram gravadas (com o consentimento dos catadores) e, posteriormente, transcritas para a realização das análises.

Para subsidiar quantitativamente a situação do catador em Fortaleza, recorreu-se ao Diagnóstico da Situação Socioeconômica e Cultural dos Catadores de Materiais Recicláveis de Fortaleza, realizado pela Prefeitura Municipal (2006), que apresenta um perfil dos trabalhadores. É importante salientar que o relatório da Prefeitura reflete a realidade dos catadores em geral, por isso seus resultados foram utilizados para demonstrar a realidade ampliada do trabalho desses indivíduos.

Na análise das observações e entrevistas, foram realizadas leituras flutuantes e aprofundadas das falas e diários de campo. Os conteúdos foram submetidos à separação temática para reunir as categorias de análise, organizadas à luz de Bardin (1977), e analisadas com suporte em um diálogo aproximado com a literatura revisada para a pesquisa.

A RECICLAGEM COMO ALTERNATIVA AO DESPERDÍCIO

A produção de lixo está intimamente associada ao forte estímulo ao consumo e à brevidade dos ciclos cada vez mais efêmeros de produção,

consumo e desperdício. Layrargues (2002) chama a atenção para a obsolescência planejada como incentivadora do consumo e da produção de resíduos, na medida em que os produtos são concebidos com vida útil que possibilite constante renovação, decorrendo em maior produção e novo consumo e, conseqüentemente, mais lixo.

A percepção de que o conjunto de atividades humanas é o principal fator de degradação do meio ambiente suscita as mais diversas mobilizações, bem como posicionamentos diferentes em relação ao complexo problema. Para as empresas, a proteção ao meio ambiente não pode desviar o foco da produção e do auferimento de lucros. A posição dos grupos empresariais e dos economistas, que lhes dão suporte, é de que é possível chegar a um ponto ideal de desenvolvimento sustentável. Assim, muito embora o meio ambiente seja colocado em pauta, defendem seu ponto de vista, preconizando taxas de crescimento financeiro como indicadores únicos de seus argumentos. Se, há alguns anos, muitas empresas eram recalcitrantes na adesão ao desenvolvimento sustentável, hoje, cada vez mais, percebem os benefícios financeiros da adesão a métodos produtivos ambientalmente corretos. Tais benefícios associam a reciclagem à agregação de valor à imagem da empresa, um bem intangível, mas com repercussões financeiras reais (Meireles & Santos, 2008, p. 160-162).

Mesmo com o discurso da reciclagem como alternativa de lucro para empresários, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2000), o Brasil produzia, diariamente, 228 mil toneladas de resíduos, porém, dessa quantidade, apenas 148 mil toneladas eram coletadas. Desse enorme volume, somente 2,8% do lixo brasileiro chega a ser reciclado, indo 59% para os lixões.

Com efeito, as tecnologias de reciclagem avançaram sobremaneira, contribuindo para um mercado que movimenta grande volume de capital. Trata-se de um processo produtivo que conta com o apoio dos fornecedores da matéria-prima, dos consumidores e produtores de resíduos. Reitere-se o fato de que, nesse processo, o interesse

econômico tem prioridade em detrimento do interesse ambiental. É aí que, muitas vezes, conforme defende Layrargues (2002), a reciclagem escamoteia seu cinismo. Esse autor denuncia que a propalada política dos 3 Rs (reduzir, reaproveitar e reciclar) só é hegemonicamente valorizada em seu terceiro aspecto, a reciclagem, relegando-se os dois primeiros, a redução e a reutilização, a um plano inferior. Assim, a valorização da reciclagem pelo sistema de produção de objetos e obsolescência planejada é uma forma de absorver os elementos compatíveis do movimento de proteção ambiental, sem abandonar – ao contrário, incrementando – a lógica de produção e consumo exacerbados.

Apesar da existência de um mercado de reciclagem em pleno desenvolvimento no Brasil, movimentando altas cifras, grande parte do volume de material processado nas indústrias é colhido (casqueirado ou catado) por sujeitos que veem, nos primeiros elos da cadeia produtiva de transformação de resíduos, a alternativa, ainda que deveras precária, à falta de trabalho. Segundo dados do Banco Mundial, estima-se que 1% da população urbana mundial sobreviva da coleta, separação e venda de materiais recicláveis, seja catando nas ruas, seja fazendo triagem, ou, ainda, do trabalho direto em lixões (Bonner, 2008). O Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR, 2009) estima que haja cerca de dois milhões de catadores no País, mas, desse total, apenas 200 mil fazem parte do Movimento.

PERFIL DO CATADOR DA CIDADE DE FORTALEZA

Segundo pesquisa da Prefeitura de Fortaleza (2006), presume-se a presença de mais de oito mil catadores de resíduos sólidos recicláveis realizando seus trabalhos em uma cidade que produz por volta de três mil toneladas de lixo por dia. Esses trabalhadores organizam-se, essencialmente, sob duas formas: vendendo seu material para deposeiros, donos de depósitos de sucata e materiais recicláveis, ou sob o modelo de associações

ou cooperativas, em que os próprios catadores se organizam autonomamente. Entre as formas associativas, há movimentos de congregação de grupos de cooperados, formando redes de associações (inclusive no plano continental e global), que discutem questões acerca do trabalho desses homens e mulheres, ampliando o poder de luta desses personagens e atuando fortemente no aumento da sua autoestima.

Os resultados do diagnóstico das condições socioeconômicas dos catadores da Capital cearense permitem traçar um perfil desses trabalhadores. A pesquisa, realizada por meio de questionários aplicados a catadores nas ruas de Fortaleza, envolveu 906 pessoas. Dessas, 24,2% eram mulheres e 75,6%, homens. A faixa etária dos entrevistados foi de 8 a mais de 60 anos, apresentando dois picos: 27,9 % dos catadores estavam na faixa dos 18 a 25 anos e 23,6%, de 31 e 40 anos. Chama a atenção o baixo nível de escolaridade entre os catadores: 95% deles concluíram, no máximo, o ensino fundamental, 22,6% são analfabetos e 90,9% não estão estudando, o que é alarmante, notadamente por se tratar de uma população jovem. Quanto à necessidade de trabalhar, 68% alegaram como motivo o fato de terem parado de estudar. No que diz respeito à renda familiar, 71,4% dos catadores responderam que a principal renda da casa é de sua responsabilidade. O nível de empobrecimento dessa população de trabalhadores é ressaltado pelo expressivo percentual de 11,3% de catadores que obtêm alimento no lixo, reforçando a conclusão de que a catação surge como alternativa extrema à falta de meios de sobrevivência.

O alto índice de catadores que dizem ter se iniciado nas atividades da catação por falta de emprego (82,8%) confirma a hipótese de que esses indivíduos, na maioria das vezes, se inserem nessa atividade como alternativa ao desemprego. Dessa forma, são emblemáticas as falas dos catadores entrevistados, demonstrando ser a atividade de catação a única opção pela falta de possibilidade de escolha de um emprego formal. Para eles, o lixo é apontado como última opção, o que difere da ideia dos empresários, que priorizam o lucro, en-

quanto os trabalhadores enxergam a sobrevivência e a inserção no mundo do trabalho, mesmo que precariamente: “Vim pra catação porque não tinha outra coisa. Emprego hoje em dia não tem mais. Aí a catação foi a saída que eu encontrei pra continuar vivendo, né?”, afirmou um catador do depósito, com 23 anos de idade.

No contexto geral dos catadores de Fortaleza, tem-se que o carrinho com o qual trabalham, geralmente, pertence ao deposeiro ou sucateiro (58,6%). Apenas 16% trabalham com carrinho próprio e 2,5% trabalham com carrinhos de cooperativa. Em relação ao comprador do material recolhido, 91% vendem-no para deposeiros ou sucateiros e apenas 7,9% vendem-no para cooperativas ou associações. Esses índices permitem inferir a grande dependência dos catadores para com os sucateiros ou deposeiros, que lhes emprestam carrinhos e aplicam preços inferiores na compra do material aos aplicados nas cooperativas.

A intermediação de atravessadores, como os deposeiros, advém da necessidade de acúmulo de material em uma quantidade suficiente para vender diretamente à indústria ou a atravessadores maiores. Assim, a relação com os deposeiros faz-se imperativa, porquanto o catador, sozinho, não tem como juntar grande quantidade de material, além de deter pouco conhecimento dos aspectos logísticos da cadeia de reciclagem (Medeiros & Macêdo, 2007, p. 80). Os deposeiros, portanto, estabelecem os preços e, muitas vezes, submetem o catador à sua dependência em troca do uso do carrinho, considerado, entre os catadores, um objeto conferidor de *status* e de difícil obtenção, dado o alto custo para o seu padrão de vida. Resta estabelecida, desta forma, uma relação autoritária, que limita a possibilidade de venda do catador para outros depósitos, submetendo-se aos preços e condições impostos pelo deposeiro. Daí é que vários autores que diagnosticam o referido problema (Medeiros & Macêdo, 2007; Wilson *et al*, 2006; Medina, 2005) propõem o associativismo como alternativa à dependência ante o deposeiro.

Indagados sobre quais são as perspectivas pessoais, 6,7% creem que continuarão catando

materiais recicláveis; 51,9% responderam que vislumbram deixar a catação e exercer outra atividade laboral. Esses dados indicam o grau de insatisfação dessas pessoas com o seu trabalho degradante. Os números permitem delinear um perfil da categoria, marcada pela pobreza, pela baixa escolaridade, pela falta de opções de trabalho. São indivíduos que desenvolvem uma atividade extenuante, em razão das longas distâncias e do elevado peso transportado por tração própria e sobre os quais recai forte estigma social.

CONDIÇÕES DE TRABALHO PRECARIZADAS E PRECARIZANTES

A observação direta do local de trabalho dos catadores, incluindo as rotas pela cidade, e as entrevistas semiestruturadas permitiram refletir mais detidamente sobre as condições de trabalho a que esses indivíduos estão submetidos, além de verificar que a precarização associada à catação é precedida de condições de vida já precárias. Assim, a abordagem acerca das histórias de trabalho dos catadores aponta remissões ao ingresso precoce no mundo do trabalho informal, ainda durante a infância ou a adolescência, que, muitas vezes, impediu o acesso regular aos estudos. Já no início da vida, o trabalho surge como necessidade de manutenção básica.

O depósito selecionado para subsidiar nossa reflexão situa-se num bairro de periferia de Fortaleza, em terreno de 28m por 33m com um muro de 3m. No interior, existe uma espécie de cômodo de tijolo aparente e coberto, que o deposeiro considera seu escritório. Não há banheiro, e os catadores contam, apenas, com uma torneira no terreno, onde lavam os materiais e enchem as garrafas *pet* para beberem no percurso de coleta. Foi observada a presença de duas mulheres, que ficam no depósito, auxiliando o deposeiro, mas não se consideram catadoras. O número de catadores varia conforme o dia, já que não há uma constância na frequência. Segundo o deposeiro, há cerca de 25 catadores diariamente entregando material

reciclável e, embora não se tenha um número exato, pelo menos 15 são ex-detentos, que chegam lá por indicações de amigos de prisão. Percebe-se que as condições de trabalho são extremamente insalubres e perigosas. Diferente de outros depósitos, a higiene inexistente, não há sequer um banco para os catadores sentarem-se, e, após rotas de, em média 20 km por dia, eles têm de separar o material, pesar e vender ao deposeiro ao preço estimado por este que, em razão do empréstimo do carrinho de coleta, geralmente mantém uma posição autoritária suficiente para não causar reclamações.

Observa-se que esses trabalhadores já viveram com situações de precariedade no trabalho anteriores à experiência na catação, refletindo implicações diretas na inserção desses sujeitos no universo da catação. De acordo com Alves (2007), a precariedade já é uma condição socioestrutural característica do trabalho daqueles que vendem a força de trabalho e que estão alheios ao controle dos meios de produção. Dessa forma, a precarização é um fenômeno que aprofunda ou repõe a condição de precariedade do trabalhador, diluindo alguns benefícios trabalhistas conquistados pelos trabalhadores ao longo do século XX. Em suma, o autor compreende precarização como processo e precariedade como um estado, no contexto sociometabólico do capital.

Na categoria profissional estudada, de catadores ex-presidiários, é possível notar a existência de um estado de precariedade anterior ao trabalho da catação, caracterizado pela combinação de fatores – que ganha dinâmica própria em cada caso – tais como pobreza, baixa escolarização, trabalho precoce, experiência em trabalhos informais, participação em delitos e contravenções, prisões ou reclusões passageiras e retorno ao trabalho. Essas experiências não conferem estabilidade nem proporcionam melhor ocupação posteriormente.

Os “pequenos delitos”

Segundo alguns catadores, há um tráfico de drogas no local, e o próprio deposeiro costuma

pagar com *crack* alguns materiais coletados. Nenhum catador, porém, assumiu receber pagamento com a droga ou mesmo afirmou o vício. Esse discurso sempre se voltava para a acusação de outrem. Mas o próprio deposeiro afirmou que muitos catadores, após receberem pelo material coletado, se dirigem a um “ponto” de drogas próximo ao depósito.

O fato é que as condições de insalubridade e periculosidade extremas, bem como a relação conflituosa com o patrão/deposeiro, testemunham um estado de precarização exacerbado nesse ambiente, que contribui, negativamente, para uma reinserção social e profissional dos trabalhadores. Nesse depósito, reproduzem-se a conflitualidade e a violência na organização do trabalho, de modo que as práticas gerenciais de desmando e autoritarismo nada contribuem para a constituição de uma identidade positiva de trabalhador. Daí, possivelmente, a constatação de que é recorrente a “recaída” - termo utilizado para demonstrar pequenos golpes que os catadores costumam praticar em transeuntes ou residências, quando têm chance de fazê-lo. Essas ações provam que essa atividade em cenário degradante nada pode contribuir para a formação de um “novo” trabalhador.

A reinserção social pelo trabalho

Por todas as sujeições aos desmandos do deposeiro, a catação de materiais recicláveis é posta por alguns entrevistados como última opção, após todas as buscas por trabalho, no contexto da “nova morfologia do trabalho” (Antunes, 2005). Neste contexto, se a vida, desde o início, não favorece um estudo de qualidade, se a necessidade de sobrevivência é um impedimento para dedicação exclusiva aos estudos, se a precariedade das condições de vida insiste em diminuir a qualificação, o ânimo e, sobretudo, o acesso à formação e a empregos de qualidade, só resta se concordar com o catador entrevistado, quando desabafou: “Eu sonhava em ser alguém na vida, né. Em ser um bombeiro, um doutor... mas não tive chance, fazer o

quê né!?” (Catador, 38 anos). Mesmo considerando o sonho parte da existência, sua realização envolve fatores que nem sempre dependem da teimosia das pessoas em realizá-los.

De fato, a catação surge na exiguidade de alternativas. Assim, o que se pode observar é a retroalimentação de um ciclo que se inicia em um estado de precariedade corrente e que, com o trabalho de catação, é acentuado por estar associado a uma atividade que, por sua vez, aumenta ainda mais a precariedade. É óbvio que não se pode generalizar a situação a todos os catadores, trata-se de uma tipificação ideal. Destarte, pode-se tipificar a catação como atividade mediadora entre dois estados de precariedade a ela associados e que tem características que transpõem o aspecto material.

As falas dos catadores entrevistados corroboram os dados do diagnóstico da Prefeitura de Fortaleza (2006) acerca da necessidade de sobrevivência como motivação imediata para o início na atividade de catação, dentro de um contexto de vida marcado por uma trajetória instável. A precariedade da vida os levou a cometer delitos e, por conseguinte, a serem expurgados do meio social. Na cadeia, são tratados como detritos humanos em processo de ‘reciclagem’; ao saírem, não lhes são ofertadas políticas eficientes que possibilitem a inclusão tanto no mercado quanto na vida social.

Nesta pesquisa e na realizada pela Prefeitura, foram citados fatores motivacionais imediatos de ingresso na atividade de catação como a inexistência de patrão, a flexibilidade da jornada de trabalho e a liberdade decorrente dessas características. Todavia, estes se afiguram como fatores secundários, não narrados pelos catadores como um ato motor inicial, senão como uma vantagem posteriormente descoberta. Há, portanto, que ser salientado que, na condição de ex-presidiários, a busca pela catação é uma alternativa importante, também, pela possibilidade de ganho de dinheiro sem a burocracia decorrente de um emprego formal, nos quais, muitas vezes, eles são barrados antes de assinarem a carteira de trabalho por terem sido ex-detentos.

Apesar das vantagens citadas pelos catadores, eles narram, também, como desvantagem, a

propalada liberdade conferida pelo fato de não haver figura assemelhada a um patrão: “Mas é assim, se trabalhar ganha, se não trabalhar também não ganha, né. Isso é uma desvantagem porque o cara trabalhar tendo aquele ganho certo é melhor” (Catador, 32 anos). A flexibilidade resultante do caráter autônomo do trabalho é também objeto de reflexão de Sousa & Mendes (2006, p. 33), para quem “[...] essa flexibilidade tem um efeito perverso – a autoimposição de longas e extenuantes cargas de trabalho, num esforço dos trabalhadores para aumentarem a renda auferida”.

É de se notar que as principais dificuldades apontadas estão relacionadas ao tratamento dado pela sociedade ao trabalhador da catação, à incerteza no ganho e à dificuldade, cada vez maior, de obtenção do material, segundo os catadores. Somam-se, ainda, a crescente percepção do potencial lucrativo do lixo, que aumenta com a concorrência, além do cansaço e pelos longos percursos feitos na atividade: “A desvantagem da catação é porque tem dia que não tem né. Às vezes o cabra anda, anda e não acha nada, aí vem embora sem nada” (Catador, 53 anos).

A expressão do desejo de exercer outra atividade e incluir nas perspectivas o exercício de atividade diversa da catação – desejo também endereçado aos filhos – soma-se ao caráter de escolha da catação, reforçando a configuração da precariedade a ela associada, na medida em que reitera a ideia de que a satisfação com o trabalho remanesce desde que não haja outra forma de garantir o sustento: “Eu gostaria de fazer outra coisa, né. [...] A chance que Deus me desse, um emprego mais digno, que todos nós sonha” (Catador, 35 anos). “Eu espero que meus filhos não caiam nessa sorte de na minha idade, ter um trabalho desse. Eu espero que eles tenham um bom futuro na vida, um bom emprego. Porque isso aqui, num dá pra gente ir pra frente não, dá só pra quebrar o galho, pra frente dá não” (Catadora, 44 anos).

Dentre os fatores que dificultam a realização dos desejos de exercer outra atividade, é possível notar que são da mesma natureza daqueles que os levaram a entrar no universo da catação, o que

denota uma perenidade da precariedade pretérita ao trabalho e seu exacerbamento no ofício de catador. Vê-se, portanto, que o trabalho da catação não sanou os mesmos problemas que dificultaram a entrada no mercado de trabalho, e que o ciclo explicitado termina, de fato, por se retroalimentar em um ciclo de precariedade: precariedade da vida pretérita – precarização do trabalho – precariedade da vida atual.

Ações de preconceito e solidariedade

A tentativa de reinserção social pelo trabalho de catar lixo confere ao trabalhador um estigma (Goffman, 1982) vinculado ao produto de sua sobrevivência, o que tem sido unânime entre as queixas dos entrevistados. Produto do descarte, destinado à inutilidade, associado à sujeira, aos expurgos da sociedade de consumo, torna-se signo que se integra ao catador como se ele possuísse características semelhantes. Indubitavelmente, outros elementos simbólicos, como a tração humana para puxar os pesados carrinhos por léguas a fio – que faz lembrar tração animal – as roupas velhas, as mãos sujas, a pele marcada pela pobreza de quem precisou recorrer ao lixo para sobreviver, ajudam a compor um quadro sobre o trabalho de catação que repercute diretamente na identidade de trabalhadores e de seres humanos. Assim, a precariedade da situação em que o catador desenvolve o trabalho de catação interfere, inclusive, na imagem que ele faz de si: “Tem gente que passa pela gente “bora, burro, puxa a carroça!” Desse jeito, né, dentro dum carrozão importado” (Catador, 32 anos). Essa situação reforça a construção de uma identidade negativa de trabalhador, pois nem o outro nem o próprio indivíduo conseguem ver positividade na tarefa de catar lixo.

As principais representações do preconceito sofrido pelos catadores associam o trabalho de catação à criminalidade e à sujeira nas ruas da cidade, além da aparência de miséria que suas vestimentas denotam. São os catadores considerados responsáveis por rasgarem os sacos dispostos

para o serviço de coleta de lixo. Há casos em que a ação de rasgar sacos é proposital, após sofrerem algum tipo de repreensão pejorativa. Não obstante as queixas, na maioria das vezes, falta ao catador a consciência de que deveriam utilizar uma sistemática de abrir e fechar os sacos para evitar o aumento da sujeira, doenças, proliferação de insetos etc.

Apesar do preconceito, os catadores também contam com a solidariedade durante suas jornadas de trabalho. Assim, há quem receba comida, objetos de uso pessoal ou doméstico. Os gestos de solidariedade, aos quais os catadores, muitas vezes, atribuem ser fruto da sorte ou da benção divina, são narrados em paralelo aos casos de preconceito, como que atribuindo a eles uma forma de compensação. “Tem gente muito boa, cara! É por isso que eu disse que no meio dos ruins a gente tira os bons... Compensa” (Catador, 35 anos).

Malgrado todo o estigma sentido no cotidiano de trabalho pelos catadores, muitos estudiosos da temática apontam para sua importância como agentes ambientais e responsáveis pela coleta de boa parte do lixo urbano (Medina, 2005; Abreu, 2001). Os próprios catadores, sobretudo aqueles que têm a oportunidade de participar de debates acerca do seu trabalho, notadamente os vinculados a associações, salientam a relevância da catação para além da satisfação de suas necessidades pessoais, ressaltando a importância ambiental da atividade e a contribuição para a gestão de resíduos sólidos urbanos. Nesses casos, na tentativa de preservarem uma identidade, eles próprios se diferenciam: “Nós não somos ‘lixeiros’, somos catadores”, afirmou um catador de uma associação. Os catadores do depósito do bairro Tâncredo Neves, porém, não se veem como agentes ambientais e sequer cogitam essa qualificação. Para eles, a importância dessa atividade se restringe, apenas, a permitir sobreviverem com o que ganham diariamente e recomeçarem suas vidas.

O viés atribuído à relevância socioambiental não condiz com a precariedade do ofício e com a forma como seu trabalho é socialmente percebido. Daí que muitos autores (Magera, 2004; Layrargues, 2002; Medeiros & Macêdo, 2007) assumem uma

posição mais crítica, questionando essa forma de inclusão que confere um *status* de importância ao trabalhador do lixo. Assim, Medeiros & Macêdo (2007) convidam a refletir sobre a qualidade da inclusão que está sendo proporcionada a esses sujeitos que entraram no mercado de trabalho por vias oblíquas, ou seja, por meio de uma atividade laboral que não lhes assegura direitos sociais básicos. Por isso, as autoras acentuam que “[...] o catador de materiais recicláveis é incluído ao ter um trabalho, mas excluído pelo tipo de trabalho que realiza” (Medeiros & Macêdo, 2007, p. 82).

Berger e Lukmann (2002) propõem que a identidade pode se referir à inserção do sujeito no mundo e à sua relação com o outro, sem perder de vista, porém, o caráter dinâmico e múltiplo que a identidade apresenta, na medida em que não só o mundo do trabalho, mas, também, os indivíduos se transformam mediante as condições materiais e históricas dadas (Ciampa, 1998; Santos, 2000). Para Santos (2000), somos um amálgama de sujeitos que se combinam em várias subjetividades, com base em múltiplas circunstâncias pessoais e coletivas. Portanto, ser catador pode ser, apenas, uma das únicas opções de (re)inserção desses sujeitos no mundo, na perspectiva de retomar a relação com o outro com suporte em um trabalho precarizante e, sobretudo, estigmatizante.

TRABALHO E IDENTIDADE

A despeito da crítica sobre a centralidade do trabalho, realçada por Lafargue (1999), Schaff (1995) e Kurtz (1992), entre outros pensadores, acredita-se no caráter fundante do trabalho na vida de cada um, como exposto em Marx (1980) e seus seguidores. Nessa perspectiva, o trabalho continua sendo uma categoria importante na construção da identidade social dos indivíduos, na medida em que, atuando sobre as coisas, atua também sobre si. De fato, o pensador alemão inaugurou a discussão científica do trabalho para além de sua concretude imediata, inscrevendo-o como um meio de construção de um componente *sui generis* en-

tre os seres sociais: a dignidade. O trabalho não alimenta só o corpo, de maneira material e individual, mas é uma forma de buscar a inserção do sujeito como ser social.

Nessa perspectiva, Weber (2005, p. 133) ressalta que “[...] a visão do trabalho como vocação tornou-se característica do trabalhador moderno”. O trabalho, portanto, inscreve o sujeito no mundo e o grava em um lugar social. Pode-se ir além, alegando que o trabalho significa para o trabalhador uma forma de afirmar sua identidade por meio de atribuições individuais referentes à realização da tarefa. Essa característica, ressaltada por Forrester (1997), atribui ao trabalho um caráter estruturante no capitalismo contemporâneo. Além disso, não seria exagero estabelecer a noção de *habitus* do catador no sentido a que se refere Bourdieu (2006).

Esses argumentos se aplicam a diferentes categorias profissionais, mas cabem perfeitamente na categoria em estudo aqui, os catadores de materiais recicláveis, quando se constata a importância do trabalho que ultrapassa um meio de sobrevivência, considerando-o, também, como atividade subscritora de sua cidadania. Nesse sentido, tomando a acepção de cidadania pensada por Arendt (1995, p. 22), tem-se que, na sociedade contemporânea, o trabalho assegura a inserção do sujeito que trabalha num estado de albergue jurídico – ainda que somente potencial – haja vista que sua referida centralidade no mundo social lhe confere caráter de pedra angular no construto social que garante o “direito a ter direitos”. Para a autora, a importância do *Homo Faber* no mundo contemporâneo leva à valorização do papel de trabalhador na constituição do “ser”.

Tem, pois, o trabalho um caráter fundamental para o acesso à cidadania, que se contrapõe ao efeito marginalizante do ócio e da desocupação – muitas vezes forçados. Na fala dos catadores, é possível constatar a frequência dessa alusão: “Eu prefiro tá aqui, catando lixo, do que tá vagabundando ou roubando. Porque isso aqui é um trabalho!” (Catador, 38 anos). Reforçando a observação do catador, cumpre salientar que o ócio já é, de há muito, reprimido, inclusive com prescrições de

severas cominações para os infratores dessa conduta, e, ainda hoje, a vadiagem é considerada um ilícito no Brasil.

A despeito de todo o realce em torno do trabalho como um valor social, ele é bastante desafiado pelas dúvidas expressas pela “modernidade líquida” (Bauman, 2001), notadamente as que põem em xeque a segurança das ocupações laborais e a certeza da solidez de uma carreira profissional. Bauman (2001) reflete sobre o atual momento da sociedade, marcado por demissões em massa, redução de postos de trabalho e, por consequência, produção de refugo humano. Para o autor, esse refugo não é fruto do desemprego na forma como se compreendia, tendo em vista que, anteriormente, o desempregado cumpria a função de compor os exércitos industriais de reserva e, agora, a desocupação forçada tende a não oferecer perspectivas. De tal maneira, ressalta, “[...] os desempregados da sociedade de produtores (incluindo aqueles temporariamente ‘afastados da linha de produção’) eram desgraçados e miseráveis, mas seu lugar na sociedade era seguro e inquestionável”. (Bauman, 2001, p. 22).

A sociedade contemporânea assiste a transformações na natureza do trabalho que refletem a modernidade líquida que se instalou na sociedade atual. Na verdade, as certezas nas quais a sociedade se apoiava já não podem ser asseguradas nessa nova era. Se uma boa formação garantia uma boa ocupação, o atual momento aponta para um questionamento estrutural do modelo de empregabilidade engendrado ao longo do século XX. De fato, independentemente do grau de desenvolvimento dos países, percebe-se que a crise do trabalho no mundo capitalista se alastra ferozmente, derrubando os postos de trabalho e estabelecendo novas relações entre capital e trabalho, reforçando a vigência de uma sociedade do desemprego estrutural (Antunes, 2005).

No Brasil dos últimos anos, o emprego formal cresceu de modo surpreendente, e o País aponta para bons índices de crescimento, registrando 44 milhões de empregos formais em 2010, o maior nível da história. Só nesse ano, foram gerados 2,860

milhões de vagas com carteira assinada, apresentando um crescimento de 7% em relação a 2009; no entanto, parece que a informalidade cresceu no mesmo passo. As crises mundiais interferem de forma contundente no mercado de trabalho, e o desemprego, a rotatividade e precarização constituem o fantasma para muitos trabalhadores que, desde os anos 1970, conhecem e provam a ruptura do paradigma produtivo fordista que deu lugar ao que Harvey (2006) chamou de acumulação flexível. No âmbito dessa reorganização produtiva, há a implantação de um sistema político e ideológico de retirada do Estado da execução e guarda de suas funções sociais, um claro retorno, agora com maior ênfase do que outrora, a uma era de prevalência do livre mercado em detrimento dos sujeitos. Tal reestruturação tem provocado a intensificação da informalidade e o aprofundamento da precarização das relações de trabalho (Alves, 2007).

Todo esse contexto parece justificar o surgimento de novas (ou nem tanto) formas de trabalho precário como modo de sobrevivência para desfilados do mercado formal de trabalho. Assim é que muitos indivíduos se veem sem escolha entre não ter trabalho (o que significa não ter um meio de subsistência) e exercer um trabalho precário. Nesses casos, em que os catadores de lixo são exemplos, a necessidade de sobreviver fala mais alto do que o leque de benefícios que um trabalho formal poderia oferecer, principalmente entre os ex-detentos, para os quais a opção de uma ocupação formal é praticamente nula.

A atividade do catador vai além das especificidades da economia informal, por lidar com o produto expurgado pela sociedade e, por isso, identificado pelos sujeitos da pesquisa como semelhantes a sua recente condição de ex-detentos. Ainda assim, o desenvolvimento dessa atividade, que lida com o refugio da sociedade, pode contribuir para a ressocialização, sobretudo porque há identificação com o produto que trabalham. De fato, Jaques (1996), ao referir que as estruturas sociológicas influenciam as representações que os indivíduos fazem de si, como representação do eu, ressalta a associação do prestígio ou desprestígio so-

cial à qualificação e/ou desqualificação do eu a partir das especificidades próprias de alguns espaços de trabalho e/ou categorias profissionais.

Ao mesmo tempo que essa característica é realçada, presencia-se uma extrema precarização dessa atividade. A precarização observada no trabalho de catação e no ambiente de trabalho permite defrontar-se com uma atividade laboral que violenta a reconstituição do eu trabalhador pela subsistência com base no que já foi refugado pela sociedade. Nessa perspectiva, a reconstrução de uma identidade no trabalho, na concepção de Sainsaulieu (1977), está intrinsecamente relacionada à ligação do indivíduo com os outros e ao reconhecimento que ele tem nessa relação. Ora, mediante condições desumanamente precárias de trabalho, em que a relação com o deposeiro é permeada pelo autoritarismo e exploração, e as relações com os colegas de trabalho e população em geral são de indiferença e preconceito, a inclusão desses trabalhadores no mundo do trabalho tende a se refletir na sua identidade de trabalhador, com traços de sujeição, precariedade e preconceito, no lugar de reconhecimento e estímulo para melhoria de vida pelo trabalho; é submeter-se à precarização, estando já no limite máximo de precariedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações obtidas por meio das observações e entrevistas com os catadores levam a concluir que as motivações imediatas para o início deste trabalho se referem à necessidade de manutenção material da vida, mas percebe-se que a escolha da atividade de coleta de resíduos sólidos se dá, principalmente, pela dificuldade de inclusão no mercado formal. Os ex-presidiários informam uns aos outros da possibilidade de ganho com essa atividade que não apresenta dificuldade de inserção. Em razão, porém, dessa inflexão, será possível criar estratégias (materiais e simbólicas) capazes de fazer frente à precarização da catação e seus efeitos na vida desses catadores? Os resultados obtidos apontam para a construção subjetiva de

uma identidade de trabalhador tal como a ideia de, pelo menos, poder subsistir, sem ter que roubar, por meio do trabalho. Mesmo se constituindo em uma estratégia defensiva de mediação ante a precariedade da vida, é um indício de construção de uma identidade. Para isso, no entanto, os trabalhadores se submetem a condições e organização de trabalho bastante precárias, como se fosse única alternativa de (re)inserção social.

Por outro lado, Meireles (2009) observa que, embora trabalhem em condições precárias, os catadores associados gozam de melhores condições de trabalho. Essas melhores condições podem ser percebidas na infraestrutura de cunho material, evidenciadas pelo melhor asseio no depósito pertencente às associações, pela existência de instalações sanitárias (inexistentes no depósito visitado), eletrodomésticos em bom estado que permitem preparar refeições, locais para descanso, sala de reuniões, bem como existência de parcerias que garantem o aporte de grande volume de material sem que seja necessária a saída do catador. Há, também, uma série de diferenças que propiciam uma melhoria nas condições de trabalho na Associação, como participação em instâncias de discussão sobre os problemas ligados à atividade – além de amplas temáticas relacionadas à pauta de atuação de vários movimentos sociais – formação de lideranças, conscientização política, maior autonomia no que tange ao processo produtivo do trabalho, laços grupais mais sólidos, de forma que os catadores representam a atividade não como um processo somente individual, mas inserida no contexto social de que fazem parte, propiciando maior conscientização a respeito do trabalho que realizam, que ganha contornos de motivações para além daquelas imediatas que levaram os trabalhadores para esse tipo de atividade. A isto o autor chama de “desprecarização simbólica”, incluindo aí a mudança de catador para “agente ambiental”.

Assim, uma política que, possivelmente, proporcionaria melhorar as condições de trabalho e de vida dos catadores seria a instituição e o acompanhamento de associações e cooperativas desses trabalhadores.

Dentro dessa mesma perspectiva, compreende-se que a coleta de lixo deveria ser regularizada pelos governos locais, evitando a exploração indevida dos donos de depósitos avulsos, que operam de modo a desconsiderar a história de cada trabalhador, assumindo uma posição bastante autoritária, e que se aproveitam da vulnerabilidade da condição de ex-presidiário para contratação de furtos a transeuntes, incentivo ao tráfico de drogas e arbitramento dos valores pagos pelo material coletado, anulando qualquer possibilidade de barganha e de autonomia dos trabalhadores, e, muitas vezes, pagando com a própria droga. Se um trabalhador que não teve a experiência de carceragem se revolta frequentemente com os desmandos que ocorrem nas instituições, o que dizer de ex-presidiários que estão tentando se reinserir mediante uma situação de extrema precarização? Ouvindo a todo instante o argumento de que, depois de terem sido presos, não conseguirão emprego decente, respondem a essa retórica com “recaídas” que se traduzem em pequenos furtos para aumento dos seus ganhos.

Assim, uma política séria de reinserção de ex-presidiários, especificamente no trabalho de catação de lixo, deve incluir: a organização dos catadores em grupos de produção; a fiscalização dos depósitos avulsos, exigindo-se condições necessárias ao desempenho do trabalho; os processos de qualificação desses catadores no que se refere à forma de coletar, evitando sujar as ruas, ao mesmo tempo em que são imprescindíveis as campanhas de coleta seletiva de lixo para a população de modo geral, permitindo o reconhecimento do material exposto para coleta pelo catador, sem a necessidade de rasgarem os sacos para selecionar o que interessa coletar.

São estas, portanto, iniciativas que servem para se contrapor à precarização, caracterizadas por atuar não apenas no cenário concreto da precarização, destacando-se os fatores de reconstituição da identidade desses sujeitos precarizados como trabalhadores com base no autorreconhecimento da importância do trabalho desempenhado, da inserção em grupos organizados de formação social e política, que repercutem

materialmente na vida dos agentes. Isso poderia favorecer a autoestima e reforçar o processo de despreciação simbólica.

O trabalho é mais do que uma forma de satisfação das necessidades materiais, sendo, ainda, responsável pela inscrição do sujeito em um lugar social. Conferir, porém, ao sujeito um lugar social estigmatizado é marcá-lo do estigma atribuído ao seu trabalho. É a ligação do trabalho a valores como a defesa do meio ambiente, ora em voga, que permite mitigar o estigma (Goffman, 1982). Mais do que a autonomia limitada à barganha de preço, a organização dos catadores, além da interlocução de experiências por meio de movimentos em nível local, nacional e global, permite aos catadores uma autonomia da representação que a sociedade constrói sobre o seu trabalho.

Conferir um sentido ao trabalho, além do contido nas motivações primeiras e contingenciais, enseja uma relevante resignificação dele, que atua minimizando os efeitos desgastantes desse mesmo trabalho. Assim, a atividade passa a ser incrementada com um novo sentido, que culmina em um maior reconhecimento social. Dejours (1999) assevera que o reconhecimento do indivíduo e de seu trabalho em âmbito social é relevante para a transformação do sofrimento do trabalho em prazer pelo desempenho do ofício, embora o processo nunca se finalize.

Recebido para publicação em 19 de abril de 2012

Aceito em 05 de outubro de 2012

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. F. *Do lixo à cidadania: estratégias para a ação*. Brasília: Caixa, 2001.
- ALVES, G. *Dimensões da reestruturação produtiva: ensaios de sociologia do trabalho*. 2ª ed. Londrina: Práxis, 2007.
- ANTUNES, Ricardo. *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. São Paulo: Ed. Boitempo, 2005.
- ARENDT, H. *A condição humana*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BAUMAN, Z. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BONNER, C. *Waste pickers without frontiers*. South African Labour Bulletin, v. 32, n. 4, p. 7-9, 2008. Disponível em: <http://www.wiego.org/papers/5334%20SALB20Waste%20Pickers.pdf>. Acesso em 22 de fevereiro de 2009.
- BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CIAMPA, A. C. *Identidade humana como metamorfose: a questão da família e do trabalho e a crise de sentido do mundo moderno*. Interações, v. 3, n. 6, p. 87-101, 1998.
- DÉJOURS, C. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora FGV/RJ, 1999.
- FORRESTER, V. *O horror econômico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- GAULEJAC, V. *Le coût de l'excellence*. Paris: Seuil, 1991.
- GOFFMAN, I. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- IBGE. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em 16 de fevereiro de 2009.
- JACQUES, M. G. C. Identidade e trabalho: uma articulação indispensável. In: TAMAYO, Á. (Org.) *Trabalho, organizações e cultura*. São Paulo: Cooperativa de Autores Associados, 1996.
- KURZ, R. *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- LAFARGUE, P. *O direito à preguiça*. São Paulo: Hucitec, 1999.
- LAYRARGUES, P. P. O cinismo da reciclagem: o significado ideológico da reciclagem da lata de alumínio e suas implicações para a educação ambiental. In: C.F.B. LOUREIRO; P.P. LAYRARGUES; R. S. CASTRO (Orgs.) *Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania*. São Paulo: Cortez, 2002.
- MAGERA, M. *Os empresários do lixo: um paradoxo da modernidade*. Administração em Pauta. São Paulo, v. 2, n. 3, p. 47-63, 2004.
- MARX, K. *O capital*. Livro I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MEDEIROS, L. F. R.; MACÊDO, K. B. *Profissão: catador de material reciclável, entre o viver e o sobreviver*. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 3, n. 2, p. 72-94, 2007.
- MEDINA, M. Waste picker cooperatives in developing countries. Paper prepared for WIEGO/Cornell/SEWA Conference on membership-based organizations of the poor, Ahmedabad, India, 2005. Disponível em: http://wiego.org/ahmedabad/papers/final/Medina_MBOP.doc. Acesso em 21 de março de 2009.
- MEIRELES, G. F.; SANTOS, J. B. F. De refugos humanos a alquimistas de refugos materiais: catadores de materiais recicláveis em Fortaleza. In: E. F. ARAGÃO; G. J. FREITAS (Orgs.) *Fortaleza e suas tramas: olhares sobre a cidade*. Fortaleza: EDUECE, 2008.

MEIRELES, G. F. *Entre refugos precarizantes e refugos precarizados*: precarização e catação de materiais recicláveis em Fortaleza. Monografia (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza: UECE, 2009.

MNCR – Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. *Sítio virtual oficial do movimento*. Disponível em: <http://www.movimentodoscataadores.org.br>. Acesso em 17 de março de 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORTALEZA. *Diagnóstico da situação socioeconômica e cultural do(a) catador(a) de materiais recicláveis de Fortaleza-CE*. Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Serviços Urbanos e Instituto Municipal de Pesquisas, Administração e Recursos Humanos Fortaleza, 2006.

SAINSAULIEU, R. *L'identité au travail*. Paris: Presses de la Fondation des Sciences Politiques, 1977.

SANTOS, J. B. F. *O avesso da maldição do gênesis: a saga de quem não tem trabalho*. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo Estadual do Ceará, 2000.

SCHAFÉ, A. *A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial*. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista/ Brasiliense, 1995.

SOUSA, C. M.; MENDES, A. M. *Viver do lixo ou no lixo?* A relação entre saúde e trabalho na ocupação de catadores de material reciclável cooperativados no Distrito Federal – estudo exploratório. *Psicologia: Organizações e Trabalho*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 62-71, 2006.

VASAPOLLO, L. *O trabalho atípico e a precariedade*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.

WEBER, M. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Martin Claret, 2005.

WILSON, D.; VELIS, C.; CHEESEMAN, C. *Role of informal sector recycling in waste management in developing countries*. *Habitat International*, v. 30, n. 4, p. 797-808, 2006.

EX-COM TRASH PICKERS CREATE A NEW WORKER IDENTITY

João Bosco Feitosa dos Santos
Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel
Tereza Glaucia Rocha Matos

The goal of this paper is to reflect on and understand how ex-con trash pickers in the city of Fortaleza established a new worker identity through socially stigmatized unstable employment. Both bibliographical-documentary research and an ethnographical inspiration study were carried out, using direct observation and semi-structured interviews as tools. The results indicate unstable working conditions and conflicts with the “deposeiros” (recycling center owners), who exploit the trash pickers in every way possible. People regard these workers as dangerous, dirty bums, and their working and living conditions are riddled with exploitation, conflict and prejudice. The narratives of these *recycled people* for justice reveal a strong identity with the refuse that they collect. In their quest for reentry to society and reconstruction of identity, some of them admitted to illicit practices or *recidivism*, thereby demonstrating the fragility of the system, which attempts to recycle them and include them in a precarious manner.

KEY WORDS: Work. Identity. Instability. Trash Pickers. Ex-Cons.

RECONQUÊTE D'UNE IDENTITÉ DE TRAVAILLEUR PAR D'ANCIENS DETENUS QUI FAISAIENT LES POUBELLES

João Bosco Feitosa dos Santos
Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel
Tereza Glaucia Rocha Matos

L'objectif de ce travail est de mener une réflexion qui permette de comprendre comment les personnes qui font les poubelles, ex-prisonniers de Fortaleza, retrouvent une identité de travailleurs en se basant sur une activité précarisée et stigmatisante socialement. Une recherche bibliographique et documentaire ainsi qu'une étude d'inspiration ethnographique par l'observation directe et par des interviews semi-structurées a été réalisée. Les résultats indiquent des conditions précaires de travail et des conflits avec les propriétaires de dépôts qui exploitent les personnes qui font les poubelles à tous les niveaux. Perçu par la population comme des marginaux, dangereux et sales, leurs conditions de travail et de vie sont marquées par l'exploitation, les conflits et les préjugés. Les narrations de ces *recyclés* par la justice montrent une forte identification avec les déchets qu'ils ramassent. A la recherche d'une réinsertion sociale et de la reconstruction d'une identité, certains admettent pratiquer des actes illicites ou faire des *rechutes*, signes d'une fragilité du système qui essaie de les recycler et de les insérer de manière précaire.

MOTS-CLÉS: Travail. Identité. Précarité. Personnes qui font les poubelles. Ex-détenus.

João Bosco Feitosa dos Santos – Doutor em Sociologia. Professor adjunto da Universidade Estadual do Ceará – UECE – no curso de Ciências Sociais e no Mestrado de Políticas Públicas e Sociedade. Coordena a Estação Observatório de Recursos Humanos em Saúde CETREDE/UFC/UECE onde desenvolve projetos na área de mercado de trabalho em saúde. Atua principalmente nos seguintes temas: Mundo do Trabalho, Relação Trabalho e Saúde, Globalização e Reestruturação Produtiva, Economia Solidária, Precarização do Trabalho, Pobreza e Consumo. Publicações recentes: *Por uma produção sociológica: entre a Narrativa Histórica e o Saber Racional*. Revista de Ciências Sociais (UFC), v. 2, p. 52, 2012; *Trajetória de políticas habitacionais em cenários de desigualdade*. O Público e o Privado (UECE), v. 17, p. 25-38, 2011.

Regina Heloisa Mattei de Oliveira Maciel – Doutora em Psicologia Experimental. Professora titular da Universidade de Fortaleza e adjunta da Universidade Estadual do Ceará. Experiência principalmente nos temas: ergonomia, condições de trabalho e saúde do trabalhador. Principais publicações: *Afastamentos por transtornos mentais entre professores da rede pública do estado do Ceará*. O Público e o Privado (UECE), v. 19, p. 167-178, 2012; *Multiplicidade de vínculos de médicos no Estado do Ceará*. Revista de Saúde Pública, São Paulo: USP, v. 44, p. 950-956, 2010; *Ports modernization and its influence on trade unions*. Work (Reading, MA), v. 41, p. 5775-5777, 2012.

Tereza Glaucia Rocha Matos – Doutora em Psicologia. Professora na graduação e no programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade de Fortaleza. Atua na área de Psicologia Social e do Trabalho. Participa do Laboratório de Estudos sobre o Trabalho - LET. Os estudos estão direcionados para a produção da subjetividade, trabalho, escolha profissional, identidade, carreira e saúde. Publicações recentes: *Catadores de material reciclável e identidade social: uma visao a partir da pertença grupal*. Interação em Psicologia (Online), v. 16, p. 239-247, 2012; *Precariedade do trabalho e da vida de catadores de recicláveis em Fortaleza-Ce*. Arquivos Brasileiros de Psicologia (UFRJ). 2003), v. 63, p. 85-99, 2011.